

## **11.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas**

**30.05.2018**

### **Ponto 5.14 - Declaração de Voto**

#### **Atribuição de Subsídio para Comparticipação nos Custos das Obras de Urbanização do Bairro Granjas Novas**

É do conhecimento geral que é sempre com satisfação que os vereadores da CDU contribuem para a aprovação de processos de recuperação e/ou legalização de bairros de génese ilegal.

A CDU e o PCP foram um dos promotores da primeira lei das AUGI, e ao longo de todos estes anos temos apoiado as suas sucessivas prorrogações.

No entanto o que temos hoje em presença e que acabou de ser votado, com os nossos votos contra – a atribuição do subsídio no valor de 35 422,19 € para comparticipação nos custos das obras de urbanização do Bairro das Granjas Novas – em nosso entendimento nada tem a ver com a legalização nem com as obras em si mesmas, mas será antes do mais uma questão moral.

É referido na informação que o alvará de loteamento foi emitido em 2000 e que nessa altura foi aprovado também a atribuição de um subsídio de 69 421,65 €, repartido em quatro tranches, para a conclusão das obras de urbanização. Em 2017 a Comissão de Administração, no seguimento da conclusão da atribuição da referida verba vem solicitar nova comparticipação financeira no custo das obras no valor de mais de 42 mil euros relativo aos trabalhos já executados.

A verdade é que a realidade se alterou muito desde 2000 até agora e neste bairro também. Estamos a falar de um subsídio, de um apoio que a câmara tem previsto no seu regulamento que permite ajudar estes bairros classificados como área urbanas de génese ilegal, partindo do pressuposto que existe alguma dificuldade dos proprietários em assumir estas obras.

Após uma consulta rápida à internet e para nosso espanto estamos a falar de um bairro que neste momento tem casas à venda entre os 700 mil e o milhão e meio de euros. E a câmara vai dar um subsídio ... estamos a partir da teoria das AUGI de ajuda ao proprietário que fez a autoconstrução da sua casa e estamos a deliberar um subsídio a uma das zonas mais caras.

A Câmara pode subsidiar, não é obrigada a fazê-lo. Em 2000, no momento da emissão do alvará de loteamento, havia uma necessidade que era real, e nós temos conhecimento e sabemos das dificuldades das comissões. No entanto hoje, a realidade é completamente diferente e a verdade é que a Câmara está a deliberar dar mais de 30 mil euros a quem tem casas à

venda por setecentos mil euros. E isto é uma coisa que nós não conseguimos acompanhar. Como já dissemos não temos nada contra as AUGI, mas não concordamos porque este é um negócio imobiliário fantástico que ainda é subsidiado pela câmara.

Além disto este é um subsídio para uma obra que já está executada e ainda sobre a condição da entrega de uma série de documentação que nem sequer consta do processo, como os cadernos de encargos, os orçamentos entre outra. Ou seja é um subsídio complementar sobre uma obra já executada, por isso temos muita dificuldade em acompanhar esta votação.

É também preciso que fique claro que não temos nada contra quem tem as casas e se as tem e se as quer vender, que as venda. Não estamos contra que a Câmara atribua subsídios às comissões de administração, mas que os atribua a quem efetivamente precisa deles.

Pelo atrás exposto, o nosso voto contra.

Odivelas, 30 de Maio de 2018

Os Vereadores da CDU